

Especialistas em gestão de recursos hídricos analisam instrumentos e alternativas para mudanças do clima

A edição final da Série Entrevistas apresenta a visão de três profissionais da área de gestão dos recursos hídricos. Mulheres de diferentes entidades que trabalham todos os dias para melhorar o sistema de gestão dos recursos hídricos. Três especialistas que conduzem de forma brilhante as tarefas propostas pelos Comitês de Bacias, no caso de Cecília Aranha, Adriana Isenburg e Monica Porto, na Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos do Estado de São Paulo.



Funcionária do Departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado de São Paulo – regional Campinas – há 34 anos acompanha o avanço do sistema de gestão da água e, mais recentemente, o reenquadramento do rio Jundiáí.

Cecília de Barros Aranha, arquiteta e especialista em recursos hídricos

Motivação e Crescimento

Cecília de Barros Aranha, coordenadora da Câmara Técnica de Outorgas e Licenças dos Comitês PCJ, é uma profissional atuante e decidida.

Para ela, os conflitos dos usos dos recursos hídricos muitas vezes são gerados pela própria influência econômica da cidade em sua região, como no caso de desenvolvimento de áreas de agricultura intensiva para a produção de frutas, flores e hortaliças ou a implantação de eixos rodoviários em áreas de mananciais. Neste sentido, avaliar as oportunidades de desenvolvimento, por meio de pesquisa aplicada a novas tecnologias, com a interface nos recursos hídricos, através da identificação dos temas relevantes que representem potencial de inovação, como também a aplicação de solução aos problemas típicos do contexto que se expliquem por gargalos de conhecimento básico, de desenvolvimento tecnológico e de desenvolvimento institucional. Aqui ela falou mais especialmente sobre o trabalho que desenvolve na Câmara Técnica de Outorgas e Licenças (CT-OL) e conversou sobre assuntos que são pauta em sua vida profissional.

“Coordenar envolve muitos esforços, desde a arte de motivar e estimular os membros na participação nos assuntos voltados às diversas temáticas, bem como, na capacidade de expressar com clareza o pensamento”.

Como é o trabalho da Câmara Técnica de Outorgas e Licenças?

Os trabalhos da Câmara Técnica de Outorgas e Licenças iniciaram-se no ano de 1994, logo após a efetiva instalação do Comitê de Bacia Hidrográfica dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá. O grande desafio, na época foi a integração de procedimentos técnicos e administrativos relativos a outorgas e licenças, entre os órgãos e entidades, para atendimento das diretrizes estabelecidas no Plano de Bacias. Nos dias de hoje, tratamos esse desafio de forma constante e continuada, buscando a integração com as administrações municipais, também envolvidas no processo de autorizações de implantação de empreendimentos que demandam a utilização de recursos hídricos, superficiais ou subterrâneos.

Quais são os grandes desafios?

Destacamos outro importante desafio que é o fortalecimento dos mecanismos de gestão de recursos hídricos já existentes, com a perspectiva de proposição de revisão, atualizações. Para isso, contamos com a representação significativa de diversos grupos sociais de usuários de recursos hídricos como membros da CT-OL, que propõem alternativas, expõem suas dificuldades para o cumprimento das metas recomendadas pelo Plano de Bacias, e desta maneira vamos construindo de forma participativa a gestão dos recursos hídricos.

A coordenação exige muito de você?

Para mim, coordenar envolve muitos esforços, desde a arte de motivar e estimular os membros na participação nos assuntos voltados às diversas temáticas, bem como, na capacidade de expressar com clareza o pensamento, sobre a importância, relevância e as prioridades de uma pauta de reunião. Não podemos esquecer que cada pessoa tem sua individualidade e cada um tem sua personalidade, expectativas, objetivos pessoais, histórias particulares.

Como é o planejamento dos trabalhos?

O planejamento dos trabalhos se desenvolve de forma sistemática em função das demandas dos membros da Câmara Técnica, dos Comitês da Bacia, do Relatório de Situação de Recursos Hídricos e da revisão do Plano de Bacias Hidrográficas e ainda, colaborando com as demais Câmaras dos Comitês PCJ, nos assuntos e temas por afinidade.

O assunto outorgas e licenças ainda precisa ser divulgado de forma ampla, muitos cidadãos e empresas não sabem como proceder para obter a outorga ou a licença, você acha que ainda falta comunicação?

Apesar de toda a modernização dos processos institucionais e da eficiência cada vez maior alcançada por máquinas e outras técnicas, a comunicação ainda é fundamental, no sentido de divulgação dos procedimentos para a obtenção de outorgas e licenças.

Neste sentido, deveria ser de forma organizada, integrada e sistemática, ainda que, reconheçamos que os órgãos e instituições, são constituídos por diversas partes diferentes e interdependentes, mas que trabalham em conjunto, e é nesse contexto, que a comunicação associada, divulgada de forma ampla é extremamente importante.

A CT-OL tem discutido algumas questões relativas às mudanças climáticas?

Sim, a CT-OL já discute as questões relativas às mudanças climáticas. Queremos aqui destacar uma delas, sobre a importância de se estabelecer mecanismos operacionais para a gestão da permanência da condição de insignificância do uso da água, considerando os períodos críticos de estiagens, a evolução das situações e cenários de comprometimento do percentual outorgável e ainda, prevendo o agravamento dos conflitos pelo uso da água.

O que você acha essencial planejar para os próximos anos para enfrentamento das mudanças climáticas?

Para CT-OL, é essencialmente importante que o tema “mudanças climáticas”, seja abordado nas conversas sobre demanda, disponibilidade do recurso água, qualidade da água, custo ou infraestrutura disponível.

Para isso, é imprescindível identificar as necessidades, através da reflexão dos sistemas hídricos de forma integrada e participativa, buscando as opções de adaptação por meio de novas práticas no cotidiano.

Há que ressaltar os diferentes interesses envolvidos, principalmente no reconhecimento da interdependência entre bacias no contexto da gestão da água, a construção de consensos, buscando sempre melhorar as inter-relações, para assim, podermos planejar a prática de medidas de adaptação e os processos de monitoramento.

Recentemente os Comitês tiveram um grande êxito ao reenquadrar um trecho do Rio Jundiá, você conhece bem o assunto e poderia nos falar como foi todo este processo?

Os Comitês PCJ aprovaram, da classe 4 para a 3, os últimos 56 quilômetros de extensão do Rio Jundiá que faltavam, localizados entre os municípios de Indaiatuba e Salto, e o trecho entre os municípios de Várzea Paulista e Itupeva. O reenquadramento abrangeu dois trechos do rio Jundiá, que juntos somam estes 56 quilômetros de extensão.

O processo de despoluição do Rio Jundiá, que já foi considerado “o rio mais sujo que o Rio Tietê”, se deu através da construção de estações de tratamento de esgotos, manutenção da rede coletora, identificação dos pontos críticos de lançamentos superficiais clandestinos e também pelo monitoramento da qualidade, que este conjunto de ações foi fundamental para a melhoria das características ambientais do Rio Jundiá.

Destacamos aqui, o mérito para os gestores públicos e privados que, realizaram durante estes anos o processo de despoluição do Rio Jundiá, por meio de diversos estudos, projetos e investimentos, parte deles realizada pelos Comitês PCJ e pela Agência das Bacias PCJ.

Quais foram os grandes desafios?

Os grandes desafios foram a construção de consensos entre os usuários das bacias para o cumprimento das metas de reenquadramento e o controle ambiental que visa comprovar a efetivação do enquadramento do Rio Jundiá, na Classe 3.

Você acha que o reenquadramento agora ficou mais viável, ou seja, o bom exemplo, é um caminho a ser seguido?

Cabe aqui ressaltar que o enquadramento do Rio Jundiá se iniciou no ano de 1984, em uma época em que os principais marcos institucionais ainda não estavam organizados.

Nesses anos, vários atos administrativos normativos, destinados a disciplinar o assunto foram sendo publicados e revisados (CONAMA 20/86 e CONAMA 357/2005). Mesmo assim, a discussão ainda não tinha sido completamente incorporada e avaliada pelos órgãos e entidades e outros participantes do sistema de gestão.

No entanto, com a publicação da Resolução CNRH nº12 de 2000, que apresentou diretrizes para o enquadramento dos corpos d'água, foi reconhecida a complexidade do instrumento.

Nesta perspectiva a discussão sobre o enquadramento foi novamente retomada, no ano de 2014, pelos órgãos e entidades e demais participantes do sistema de recursos hídricos, considerando a necessidade do aumento da disponibilidade hídrica na Bacia do rio Jundiá.

Os fatores decisivos para o reenquadramento do Rio Jundiá foram os resultados de monitoramento da qualidade da água e o controle das fontes prioritárias de poluição que estavam causando as desconformidades.

Portanto, não ficou mais fácil, ficou mais viável. O reenquadramento é o caminho a ser seguido, principalmente devido às mudanças climáticas e com o aumento da demanda por recursos hídricos.

Neste contexto, surge emergencialmente um novo cenário, exigindo o aprimoramento da gestão dos recursos hídricos para não somente prevenir e controlar a poluição a fim de manter a qualidade ambiental em conformidade com os padrões ambientais, mas também garantir a manutenção e o aumento da disponibilidade hídrica.

Quais são as ferramentas essenciais para uma boa gestão dos recursos hídricos em sua opinião?

Em minha opinião, as ferramentas que viabilizam a articulação de todos os instrumentos da Política de Recursos Hídricos são os sistemas de informações e os de suporte à decisão.

Enfim, o que você acha que foi fundamental neste processo de construção democrático e participativo que os Comitês PCJ conseguiram legitimar?

Nas Bacias PCJ, os fatores fundamentais para a construção do processo democrático e participativo da gestão de recursos hídricos foram as regras claras e consistentes, que levaram em consideração as peculiaridades das Bacias PCJ, para enfrentamento dos conflitos gerados pelo uso da água. Isto evidencia a importância do Sistema de Gestão de Recursos Hídricos serem descentralizado, integrado, participativo e, sobretudo, transparente.





Adriana Isenburg coordenadora da CT-PB

Engenheira Civil; Mestre em Geociências e em Administração e Política de Recursos Minerais. Coordenadora da Câmara Técnica do Plano de Bacias e Gerente de Integração e Desenvolvimento Tecnológico da SANASA/Campinas

Pactuação e Comprometimento

Adriana é uma mulher exemplar, dedicada, sensível, forte e capaz de vencer qualquer desafio. Ela não se curva diante das dificuldades.

Fomentadora do Plano de Bacias e atual coordenadora da Câmara Técnica do Plano de Bacias, atualmente é Gerente de Integração e Desenvolvimento Tecnológico da SANASA/Campinas.

“Todos os cidadãos devem participar de forma a contribuírem com os seus conhecimentos e habilidades, com o objetivo de proporcionarem a melhoria das condições dos recursos hídricos, pois é um legado que ficará para nossos descendentes. E, uma das formas de conseguirmos esse objetivo é divulgando os trabalhos e objetivos dos Comitês, esclarecendo o funcionamento das diversas Câmaras Técnicas e Grupos de Trabalho e convidando todos a participarem dos diversos eventos que são realizados. Entendo que todos podem e tem condições de contribuírem para a melhoria da qualidade de vida de nossa região”, ressalta Adriana.

“O Plano de Bacias deve levar em conta a conjuntura econômica que atravessamos e deverá ser elaborado de forma realista, definindo as necessidades e as condições de realização de ações para o atingimento das metas preconizadas”.

Adriana, como você começou sua carreira?

Iniciei minha carreira como estagiária da Gerência de Obras da SANASA Campinas, empresa responsável pelo saneamento básico (abastecimento e esgotamento sanitário) da cidade de Campinas, em julho de 1978.

Após 6 meses de estágio, fui contratada como Auxiliar de Engenheira e após formada, como engenheira, assumindo desde então vários cargos na Diretoria Técnica da SANASA.

Sempre teve interesse em saneamento, água e gestão? A partir de que momento você percebeu que tinha este envolvimento tão intenso com as questões ambientais?

Sempre participei da elaboração de Planos Diretores, Normativos, Código de Obras municipais, dentre outros, mas meu maior envolvimento com as questões ambientais ocorreu com minha participação no Programa de Visita da Delegação do Consórcio à França e Alemanha, em 1991, com o objetivo de conhecer o gerenciamento das bacias hidrográficas do Seine – Normandier e do Ruhr, suas experiências locais de planos, programas e investimentos na despoluição dos rios. Sem dúvida, foi um marco em minha vida profissional, dando origem a novos caminhos em minha carreira.

Hoje depois de alguns anos, você percebe que a situação já está bem melhor, apesar de saber que ainda há muito trabalho pela frente?

Entendo que estamos em constante evolução e a participação de cada pessoa, de cada entidade, contribui para a melhoria do sistema. Temos sim muito trabalho pela frente, mas já vemos resultados positivos, como é o caso do reenquadramento do rio Jundiaí, a disseminação dos programas de Pagamento por Serviços Ambientais, a implementação de Estações de Tratamento de Esgoto, etc.

Quais são os grandes gargalos da gestão?

Acredito que devemos investir mais no envolvimento das prefeituras, para participação junto

às Câmaras Técnicas e reuniões dos Comitês de bacias. Há necessidade de uma integração maior entre os diversos entes na busca de soluções comuns, bem como na otimização de soluções para o saneamento.

Como é coordenar uma câmara tão importante como a Câmara Técnica do Plano de Bacias?

É um grande desafio. Entendo que o Plano de Bacias é o instrumento que interage com todos os demais instrumentos da Política de Recursos Hídricos. Ele trabalha com a base do sistema de informações e os dados de outorga e cobrança e define as metas e responsabilidades para o alcance dos padrões de enquadramento dos corpos d'água. Entendo esta Câmara como um fórum de discussões sobre as estratégias a serem seguidas e encaminhamentos necessários para a melhoria das condições das bacias hidrográficas e, assim, alcançarmos a melhoria da qualidade de vida da população.

Você acha que as pessoas entendem a importância de um plano de bacias, conhecem o assunto, o que falta para atrair mais pessoas?

Entendo que esse é um ponto a ser melhor trabalhado. Há necessidade de incrementar a participação das pessoas e capacitá-las, para que possam não somente participar, mas se envolver com os assuntos tratados e disseminar informações e conhecimentos para os demais.

O planejamento é essencial para a gestão dos recursos hídricos e o Plano de Bacias, para ser implementado precisa ser planejado e ter recursos suficientes para aplicação em ações essenciais.

O que você espera para para o Plano das Bacias nos próximos anos?

Acredito que avançamos muito com o Plano hoje vigente. Foram estabelecidas metas intermediárias e final, por usuário, para cargas máximas a serem lançadas e vazões máximas a serem alocadas, bem como índices de coleta e tratamento para os municípios integrantes das bacias. Mas, acredito que faltou um maior envolvimento dos entes.

Neste Plano, entendo que será importante uma pactuação com os diversos entes, para que os mesmos se comprometam com as metas e diretrizes definidas e insiram as mesmas em seus programas de governo ou estratégias empresariais.

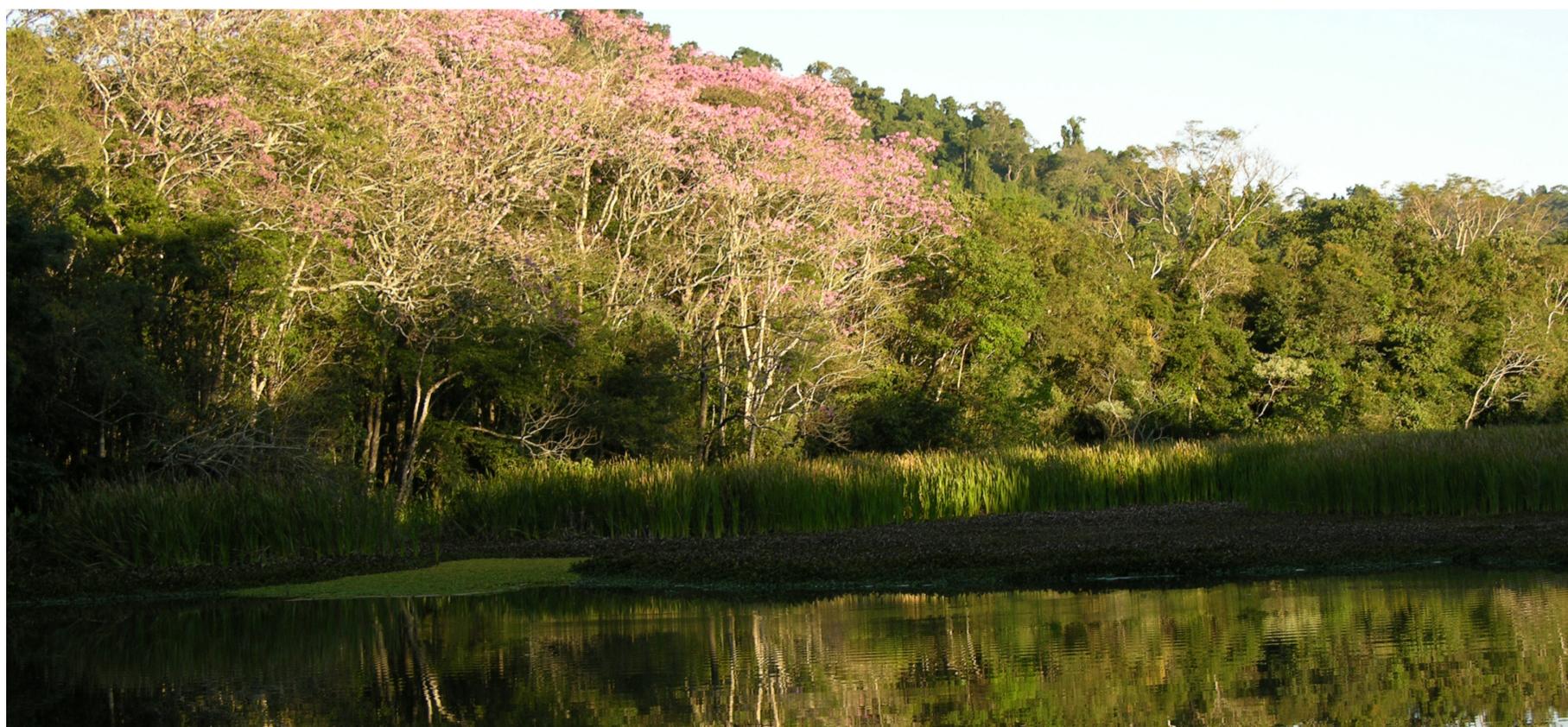
Temos um plano local para as Bacias PCJ, um trabalho demanda muitos investimentos e que é fundamental para o desenvolvimento social, econômico, mas como fazer isto neste momento em que nosso país passa por um momento delicado, ainda que o plano seja local? Que tipo de acordo institucional precisa ser articulado para que os trabalhos sejam efetivados?

O Plano deve levar em conta a conjuntura econômica que atravessamos e deverá ser elaborado de forma realista, definindo as necessidades e as condições de realização de ações para o atingimento das metas preconizadas.

Apesar de ser arrojado, o Plano deve ser viável e essa viabilidade somente será possível com a participação de todos os entes envolvidos, os quais, deverão estar cientes de suas responsabilidades e trabalhar conjuntamente para a realização das ações.

O instrumento que entendo ser necessário seria a assinatura de um Pacto de todos os municípios e usuários das bacias, comprometendo-se a realizar as ações e/ou programas definidos pelo Plano, inserindo as mesmas em seus Planos de Negócios.

E, por fim, gostaria de destacar a importância de um Comitê de Bacias atuante. Que com a colaboração voluntária, mas representativa, é capaz de definir ações relevantes que possibilitarão a melhoria da qualidade de vida da população como um todo.



Eco das Bacias PCJ

SÉRIE ENTREVISTAS

Monica Ferreira do Amaral Porto



Monica Porto, doutora em Engenharia Civil e livre-docente pela Escola Politécnica (USP). Secretária Adjunta da Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos do Estado de São Paulo.

Monica Porto, professora titular da Universidade de São Paulo (USP)

Planejamento e Governança

Monica Porto, é uma profissional exemplar e uma mulher excepcional

Atualmente exerce o cargo de Secretária Adjunta da Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos do Estado de São Paulo. É Professora Titular da Universidade de São Paulo. Exerceu o cargo de Diretor Presidente da Fundação Centro Tecnológico de Hidráulica - FCTH.

Foi presidente da Associação Brasileira de Recursos Hídricos e diretora da International Water Resources Association. Tem experiência na área de Recursos Hídricos, com ênfase em Qualidade da Água, atuando principalmente nos seguintes temas: qualidade da água, gestão integrada de recursos hídricos, gerenciamento de recursos hídricos, gestão de recursos hídricos e qualidade da água.

“Segurança hídrica significa disponibilidade confiável em níveis aceitáveis de quantidade e qualidade de água para saúde, sustento e produção, conjugada a um nível também aceitável de riscos. Em outras palavras, significa proteger a sociedade de perigos associados a enchentes e secas – que deverão se acentuar - e garantir o acesso das pessoas à água, contribuindo para seu desenvolvimento social e econômico. Mas esse avanço exige infraestrutura, uso eficiente dos recursos, planejamento e governança fortalecida”.



Qual a sua avaliação do sistema de gestão no estado de São Paulo neste momento?

São Paulo tem hoje um dos sistemas mais bem estruturados de governança no setor hídrico do País, contando com uma legislação avançada e instituições sólidas para a sua gestão. Temos comitês de bacia muito atuantes, que diagnosticam, planejam, definem e implantam projetos com a participação ampla da sociedade. Temos ainda muito a avançar, mas temos muitas conquistas já realizadas e estamos aperfeiçoando cada vez mais o setor. Um exemplo é a nova regulamentação sobre a água de reúso, publicada este ano.

A estiagem de 2014/2015 trouxe que tipo de aprendizado, ainda precisamos entender, de fato, que a água é um recurso limitado e começar a valorizar mais o recurso? As medidas adotadas durante a estiagem foram muito positivas. É possível afirmar que, apesar das dificuldades foi importante discutir o assunto e extrair lições – que foram inclusive compartilhadas por boa parte da população?

Temos essa importante experiência de São Paulo, que enfrentou uma aguda crise hídrica com a seca de proporções inéditas registrada em 2014/15. As soluções encontradas e o aprendizado são muito importantes, tanto que outros países e outros estados têm vindo conhecer o que foi feito aqui no período. Acredito que temos dois legados muito claros e importantes da crise hídrica. O primeiro, de caráter comportamental, é a mudança de hábitos no consumo da água por parte da grande maioria da população, e o segundo, no plano da infraestrutura, é a constatação de que, para enfrentar os desafios da variabilidade do clima, é necessário contar com estruturas redundantes. Mais do que nunca, na crise todos sentimos o quanto a água é importante e o debate sobre o tema tomou conta da sociedade e daqueles que são encarregados de decisões na esfera político-governamental. A aderência de mais de 80% da população da Grande São Paulo à atitude de racionalização da água, estimulada pelas campanhas educativas do Governo do Estado e da Sabesp e pela adoção do bônus/ônus, mostra o quanto foi bem-sucedida essa ação. E a permanência, hoje, de índices de consumo cerca de 15% inferiores aos de antes da crise, deixa claro que essa mudança comportamental veio para ficar. No campo da infraestrutura, obras de redundância, como as interligações Rio Grande-Alto Tietê e Jaguari-Atibainha, vêm para trazer um nível de segurança hídrica muito acima do que tínhamos antes. São obras que ficarão boa parte do tempo em “stand by”, mas que poderão ser acionadas a qualquer momento quando necessárias. Destaque também são as duas barragens de Pedreira e Duas Pontes, atualmente em fase de licitação, que garantirão o abastecimento na

região de Campinas, com uma vazão regularizada de 8,5 a 8,7 m³/s. Em suma, caminhamos para o futuro com muito mais segurança e conhecimento, preparados para novos desafios que venham a ocorrer.

Quando falamos em um estado com as dimensões do estado de São Paulo, que demanda recursos hídricos para a produção industrial, agricultura, abastecimento humano, lazer, a secretaria tem uma preocupação em relação às mudanças climáticas? Já existem projetos? O plano para o período de seca já foi um projeto que pensou nisto? Como vocês tem se articulado?

Um dos maiores impactos que tivemos na seca severa que enfrentamos em São Paulo foi verificar o quanto a variabilidade do clima atual tem afetado a gestão dos recursos hídricos. E a segurança hídrica, é claro, é diretamente atingida. Segurança hídrica significa disponibilidade confiável em níveis aceitáveis de quantidade e qualidade de água para saúde, sustento e produção, conjugada a um nível também aceitável de riscos. Em outras palavras, significa proteger a sociedade de perigos associados a enchentes e secas – que deverão se acentuar - e garantir o acesso das pessoas à água, contribuindo para seu desenvolvimento social e econômico. Mas esse avanço exige infraestrutura, uso eficiente dos recursos, planejamento e governança fortalecida. A experiência nos trouxe o aprendizado de que precisamos trabalhar cada vez mais com estruturas redundantes. Como citamos acima, um exemplo é a obra de interligação Jaguari-Atibainha, que liga o maior conjunto de represas de São Paulo, o Cantareira, à Represa Jaguari, um enorme manancial que atende grande parte do Rio de Janeiro. Com esta obra pronta, a água poderá ser bombeada tanto numa direção quanto na outra, permitindo que uma região auxilie a outra em caso de seca, aumentando a segurança hídrica para a população dos dois estados. É uma obra que só será acionada nos casos extremos, por isso falamos em redundância. Estamos hoje certamente melhor preparados para o enfrentamento de uma crise semelhante à de 2014/2015. Investimos em infraestrutura e a população consome de forma mais eficiente e racional.

As mudanças climáticas são reais. Temos hoje dados alarmantes. Sua experiência como professora [acadêmica] e, hoje na secretaria a permitiria dizer que podemos ficar otimistas, afinal aqui no Brasil temos bons gestores e muitos estudiosos propondo alternativas e projetos para muitos problemas, como por exemplo, o reúso de água e outras ações?

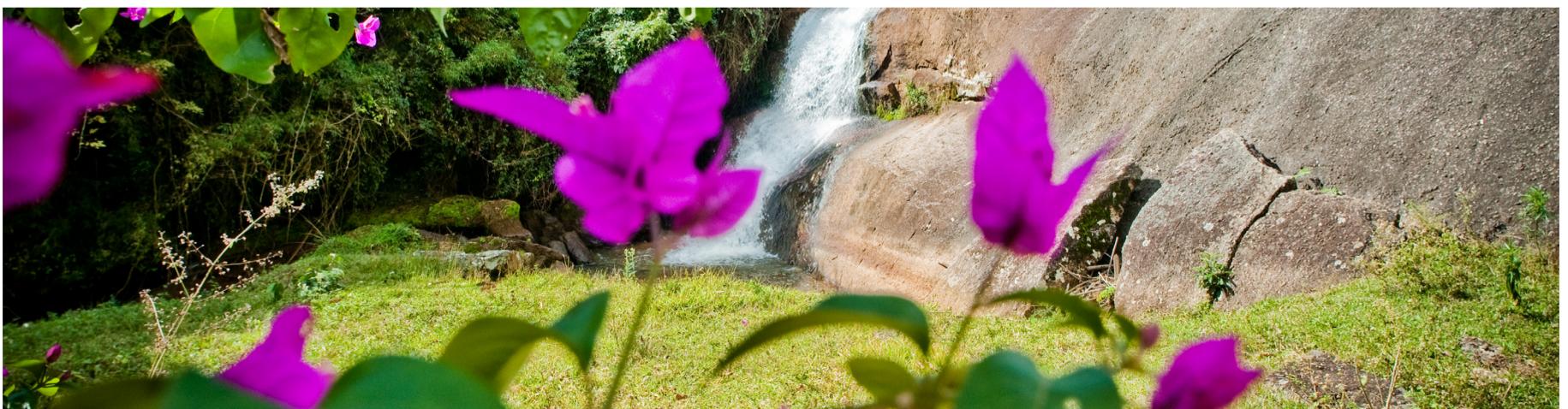
O principal efeito das mudanças climáticas é intensificar os fenômenos de secas e inundações.

Precisamos estar preparados para isso buscando garantir segurança hídrica à população. Cabe lembrar que a crise da água no mundo não é apenas uma ameaça em si mesma, mas um risco múltiplo, envolvendo saúde, produção de alimentos e geração de energia, entre outros campos. Precisamos de soluções que permitam não só encontrar novas fontes de água e alternativas, como formas de usar de maneira mais racional este recurso. As duas ações precisam andar juntas: planejamento e gestão da demanda são igualmente importantes. Como citamos acima, na questão da água de reúso, foi publicada este ano uma nova regulamentação que é pioneira no País e deve estimular esse tipo de produção no Estado.

Em 2018, teremos o Fórum Mundial da Água no Brasil. Apesar dos problemas inerentes ao nosso país, temos um sistema de gestão consolidado, legitimado e participativo. Como a secretaria está se organizando para o Fórum?

O Fórum Mundial da Água é o evento mais importante sobre o tema da água no mundo, contribuindo para o diálogo no processo decisório sobre o tema da água em nível global, visando a segurança hídrica através da criação de infraestrutura e uso racional e sustentável deste recurso. Participam governantes, especialistas acadêmicos, representantes de órgãos de fomento, ONGs e empresas que atuam no setor. O tema de 2018 “Compartilhando a Água” é muito importante, já que temos 261 países que dividem bacias hidrográficas e com esse recurso se tornando cada vez mais escasso, é fundamental criar políticas que permitam o seu uso racional em conjunto.

O Brasil, por exemplo, compartilha a Bacia Amazônica e a Bacia do Paraná/Prata com diversos países. Superar os desafios da questão da água hoje no mundo é um chamado para as lideranças nos níveis governamentais mais altos em todo o mundo. Vamos continuar trabalhando juntos e unir esforços para dar à segurança hídrica a importância que ela merece. Temos, na Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos do Estado de São Paulo, uma ligação especial com este evento, já que o nosso secretário, Benedito Braga, é também presidente do Conselho Mundial da Água, entidade que promove o Fórum junto ao País. A Secretaria está se preparando para mostrar o avanço da gestão de recursos hídricos no Estado de São Paulo. Estado que foi pioneiro no País na modernização da legislação de gestão e na implantação de comitês de bacia hidrográfica.



“O propósito da sua vida não é um
ornamento a ser olhado, mas sim fazer,
sentir e realizar e contribuir”.

Taryn Brumfitt





**Oficina
Internacional
del Agua**
(França)



“Este documento foi produzido com o apoio financeiro da União Europeia. O conteúdo deste documento é da exclusiva responsabilidade da Agência PCJ e em caso algum deve ser considerado como refletindo a posição da União Europeia”.

WWW.AGENCIA.BACIASPCJ.ORG.BR

Expediente

Jornalista Responsável: Ivanise Pachane Milanez

Projeto Gráfico e Diagramação:

Jean-Frédéric Pluvinage
Gabriel Josias

Textos e Reportagens:

Kaique Barretto

Fotos: Acervo da Agência das Bacias PCJ

Apoio editorial: Parla! Assessoria

